



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO 31/2008

LAUDO DE VISTORIA E CONSTATAÇÃO DE VALOR CULTURAL

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Foi solicitada pela Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais a realização de vistoria técnica nas ruínas da primeira fábrica de ferro da América Latina, em especial ao “Monumento do Intendente Câmara” localizado dentro da área urbana, na confluência entre as ruas Teófilo Batista e João Lage Filho, no bairro Paredão, no município de Morro do Pilar, com a finalidade de atestar o seu valor cultural, a fim de instruir procedimento investigatório na referida Promotoria de Justiça.



Figura 01 - Mapa de localização



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

2 – METODOLOGIA

Para elaboração do presente Laudo de Vistoria foram usados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção “in loco” no bem cultural, objeto deste laudo; Leituras dos livros: “Do Diamante ao Aço. A Trajetória do Intendente Câmara” do autor Américo Antunes; “Memórias do Distrito Diamantino” do autor Joaquim Felício dos Santos; “Arraial do Tijuco. Cidade Diamantina” do autor Aires da Mata Machado Filho; “Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais” do autor Waldemar de Almeida Barbosa; dentre outras fontes bibliográficas.

3 – HISTÓRICO DO BEM CULTURAL

No dia 01 de dezembro de 2008, a Arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais e a Historiadora Karol Ramos Medes Guimarães, Analistas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, realizaram uma vistoria técnica nas ruínas da Primeira Fábrica de Ferro do Brasil, localizadas no município de Morro do Pilar. Foram acompanhadas pela Geraldina Aparecida Dias, Membro do Conselho da Proteção do Patrimônio Cultural e Juliana Rajão, Arquiteta do Município de Morro do Pilar.

3.1- Breve histórico do Município de Morro do Pilar

O arraial foi fundado pelo bandeirante Gaspar Soares que recebeu do Coronel Antônio Soares Ferreira, guarda-mor, as datas de Santo Antônio, em 02 de março de 1701. Gaspar Soares se estabeleceu em um morro, denominado Alto do Canga, onde encontrou ouro neste mesmo ano. Posteriormente, em 1710, construiu nas proximidades uma Capela dedicada à Nossa Senhora do Pilar, onde se formou o Arraial Velho, com cerca de 40 casas. A exploração durou até 1743, quando um desmoronamento matou 18 escravos e interrompeu as atividades mineradoras.

A exploração aurífera tem fim e em 1745 morre Gaspar Soares. Depois deste episódio o morro passa a se chamar “Morro de Gaspar Soares”. Foi um período de estagnação conforme o viajante Auguste de Saint-Hilaire relatou em sua visita à região.

Mas esta estagnação estava com os dias contados. Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, houve a oportunidade para construir a primeira fábrica de ferro no país.

“Após a remessa do primeiro carregamento de diamantes¹ para o Rio de Janeiro e do envio de sugestões para a mineração e a fabricação de ferro, o Intendente Câmara foi chamado à Corte pelo Príncipe Regente e pelo seu amigo Dom Rodrigo, ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. No final de setembro, no entanto, ele já estava de volta ao Arraial do Tijuco, trazendo importantes notícias: (...) o alvará mais importante – pelo qual ele havia dedicado precioso tempo e esforço desde 1798, no retorno à Lisboa de suas viagens pela

¹ O intendente encaminhou ao Rio de Janeiro, no dia 08 de fevereiro de 1808, 18.020 quilates de diamantes que estavam depositados nos cofres da Real Extração no Tijuco.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

*Europa – era o que determinava providências para a construção da primeira fábrica de ferro do Brasil, que ficaria sob sua responsabilidade”.*²

Por Carta Régia de 10 de outubro de 1808 ficou o intendente Câmara (Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá) autorizado a deduzir dos 120:000\$000 réis da assistência anual, que pela fazenda se fazia para os trabalhos da Extração, para serem aplicados, como conveniente fosse, ao estabelecimento de uma fábrica de ferro, no lugar mais apropriado da Comarca do Serro Frio.

O local escolhido para a construção da fábrica de ferro foi no Morro do Gaspar Soares, que posteriormente mudou para Morro do Pilar, por ser debaixo da invocação de Nossa Senhora do Pilar que se edificou a sua primeira igreja. A escolha do local foi pela grande abundância que ali havia de ferro. Sancho Bernardo de Herédia, rico mineiro fez a doação de uma sesmaria de terras para a construção da fábrica em Morro do Pilar.³ Outro fator para a instalação da fábrica de ferro em Morro do Pilar foi “*Câmara tinha um desígnio grandioso, (...) Por meio de um canal planejava tornar navegável o rio Sto. Antônio, afluente do Rio Doce, para levar o ferro, até o mar e receber as mercadorias de que Minas necessitava*”.⁴

Em 1809, o Intendente Câmara iniciou a construção da Real Fábrica de Ferro de Morro do Pilar, ou Fábrica do Rei, como também era conhecida. Intendente Câmara, em 1814, consegue fabricar ferro líquido, dando ao município o título de "Berço da Siderurgia Nacional". As dificuldades para o início das obras da fábrica de ferro seriam imensas, pois embora Morro do Pilar se localizasse às margens da Estrada Real, ficava distante 25 léguas do Arraial do Tijuco, cerca de cinco a seis dias de viagem a cavalo. Isso dificultava o transporte dos materiais para as construções e todo o empreendimento em si. A mão-de-obra veio do Tijuco e de Gouveia (famílias de João Vieira da Costa e José Francisco Rodrigues, com seus escravos).

Entre os anos de 1814 e 1815, a Fábrica conseguiu fabricar ferro líquido pela primeira vez no Brasil. Morro do Pilar fornecia ferro em barras que eram enviadas para o Tijuco, atual Diamantina, que serviam de material para as ferramentas necessárias aos mineradores de diamantes. Os habitantes do Tijuco receberam festivamente as primeiras barras de ferro.⁵

O Intendente Câmara dedicou-se à fábrica de ferro intensamente, atuando em todas as frentes, sendo ao mesmo tempo projetista, engenheiro, pedreiro, oleiro e fundidor. Ele deixava a Intendência do Tijuco⁶ e dedicava-se a administrar os trabalhos da fábrica de ferro pessoalmente, estudando e meditando os meios mais convenientes de levar avante a empresa de sua predileção.⁷

Quando Câmara deixou de ser Intendente, a fábrica do Morro do Pilar foi caminhando para a decadência. Sem a presença do Intendente Câmara, a fábrica foi mal administrada, sendo que a mão-de-obra ficou escassa por não serem pagos com pontualidade os

² ANTUNES, Américo. Do Diamante ao Aço. A Trajetória do Intendente Câmara. Belo Horizonte: UMA, 1999. P. 69.

³ SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do distrito diamantino. Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1976.

⁴ FILHO, Aires da Mata Machado. Arraial do Tijuco. Cidade Diamantina. Editora Itatiaia Ltda, 1980. p. 68.

⁵ Ibidem, p. 68.

⁶ Ele entregava ao seu substituto, o Fiscal, a responsabilidade da Intendência (administração).

⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do distrito diamantino. Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1976. p. 218.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

empregados. Em julho de 1831 procedeu-se ao inventário e arrecadação de todos os bens pertencentes à fábrica, encontrando tudo em estado miserável.

Morro do Pilar emancipou-se em 12 de dezembro de 1953, desmembrando-se de Conceição do Mato Dentro.

4 – ANÁLISE TÉCNICA

4.1 – Monumento ao Intendente Câmara

O monumento foi construído em março de 1990, pela Vale em parceria com a prefeitura municipal, em homenagem à vida e à obra de Manoel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá, o “Intendente Câmara, por determinação do senhor Ministro das Minas e Energia, Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça. O monumento marca o local onde, em 1814, fundiu em alto forno, pela primeira vez, ferro no Brasil e na América do Sul.

Está localizado dentro da área urbana, na confluência entre as ruas Teófilo Batista e João Lage Filho, no bairro Paredão. O monumento encontra-se em local de destaque, no alto de uma colina, e de lá se pode avistar quase toda a cidade.



Figura 2 – Monumento ao Intendente Câmara



Figura 3 – Ruínas do alto forno.

Trata-se de um espaço coberto por uma grande estrutura metálica com telhas do mesmo material, que abriga em seu interior as ruínas da primeira fábrica de ferro da América do Sul, além de uma gameleira centenária.

O monumento possui embasamento de pedras, com cobertura metálica que é sustentada por duas grandes estruturas com pilares e vigas de concreto. Os pisos são de mosaico de pedras portuguesas e de placas de ardósia. Também há no local um espelho d’água revestido de azulejos brancos e uma área calçada descoberta.

O local encontra-se abandonado e em péssimo estado de conservação. A cobertura apresenta peças oxidadas e corroídas pela ferrugem, apresentando várias goteiras. Este fato favorece a entrada de água no ambiente interno do espaço, formando poças e contribuindo com a degradação do monumento. A umidade favorece a formação de bolor e o aparecimento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

de musgos estruturas de concreto e em outros integrantes do monumento. Há também crescimento de plantas invasoras junto às ruínas existentes no local.



Figura 4 – cobertura com peças oxidadas e ferrugens.



Figuras 5 e 6 - Formação de bolor e o aparecimento de musgos nas estruturas de concreto e em outros integrantes do monumento.



A água fica empoçada junto a um dos pilares de concreto, que encontra-se com ferragens expostas, o que coloca em risco a estrutura e conseqüentemente a estabilidade de toda a construção. Há também empoçamento de água próximo à fiação elétrica, podendo causar curtos circuitos e provocar incêndio.



Figura 7 – Ferragens expostas.



Figura 8 – Água empoçada.

A presença de água também favorece o crescimento de plantas invasoras no alicerce de pedras, no muro de arrimo existente junto ao monumento e na gameleira centenária.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

<p>Figura 9 – Plantas invasoras no alicerce de pedra.</p>	<p>Figura 10 – Plantas invasoras no muro de arrimo junto ao monumento.</p>	<p>Figura 11 – Plantas invasoras na gameleira centenária.</p>

Os revestimentos do piso encontram-se em péssimo estado de conservação, tanto na área externa quanto interna do monumento. Os revestimentos de ardósia e mosaico português apresenta-se com peças soltas, trincadas e com sujidades aderidas. O espelho d'água encontra-se vazio, com peças cerâmicas faltantes e/ou trincadas.



Figuras 12, 13 e 14 – revestimentos dos pisos em péssimo estado de conservação.

Há pichações nos pilares de concreto.

Há intervenções descaracterizantes no monumento, com a instalação de orelhão no pilar de concreto frontal e instalação de grade metálica junto a uma das ruínas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 15 – pichações nos pilares



Figuras 16 e 17 – intervenções descaracterizantes.



Não há acesso para deficientes ao local e não há equipamentos de prevenção e combate a incêndio e pânico. A falta de guarda-corpo e corrimãos deixa os visitantes vulneráveis, podendo sofrer acidentes.

Não há no local nenhuma placa com sinalização ou de auxílio para interpretação das ruínas. A única placa existente é a de inauguração, mas fica localizada em local distante das ruínas.



Figura 18 – escadaria para chegar ao monumento.



Figura 19 – falta de guarda-corpo.



Figura 20 – placa de inauguração do monumento.

4.2 – Minas do Hogó e o conjunto

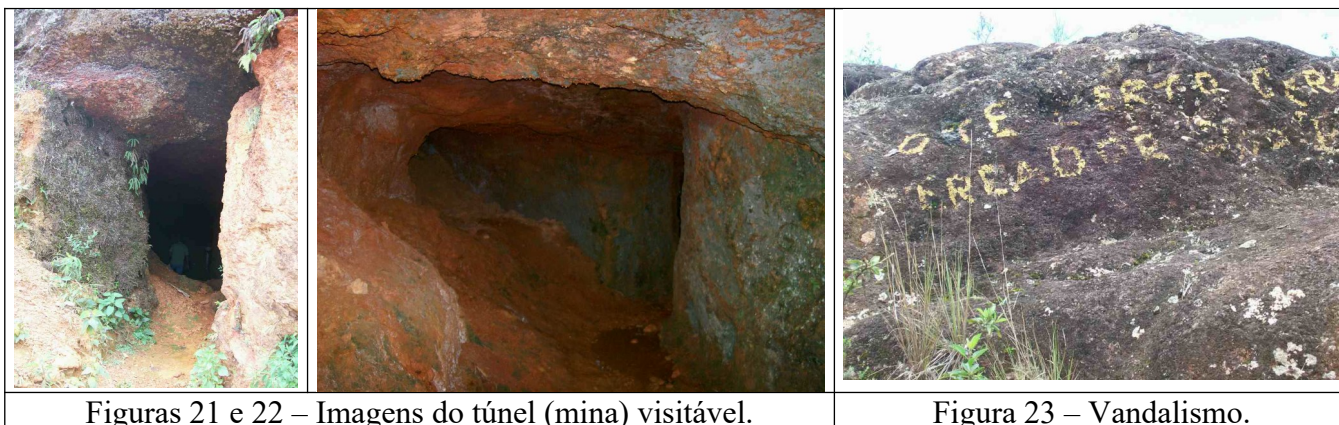
Além do Monumento ao Intendente Câmara, há no local as Minas do Hogó, um complexo de túneis (minas) de extensões variadas abertos pelos escravos em busca de ouro, além de relatos sobre a existência de bicames de água.

Durante a visita ao local foi possível o acesso a apenas um dos túneis (minas), cujas coordenadas geográficas são S19°13'16,3" W 043°23'15,6". Pelo fato de estar em um local de fácil acesso, onde se chega de carro, há sinais de vandalismo na parte externa da mina / túnel.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

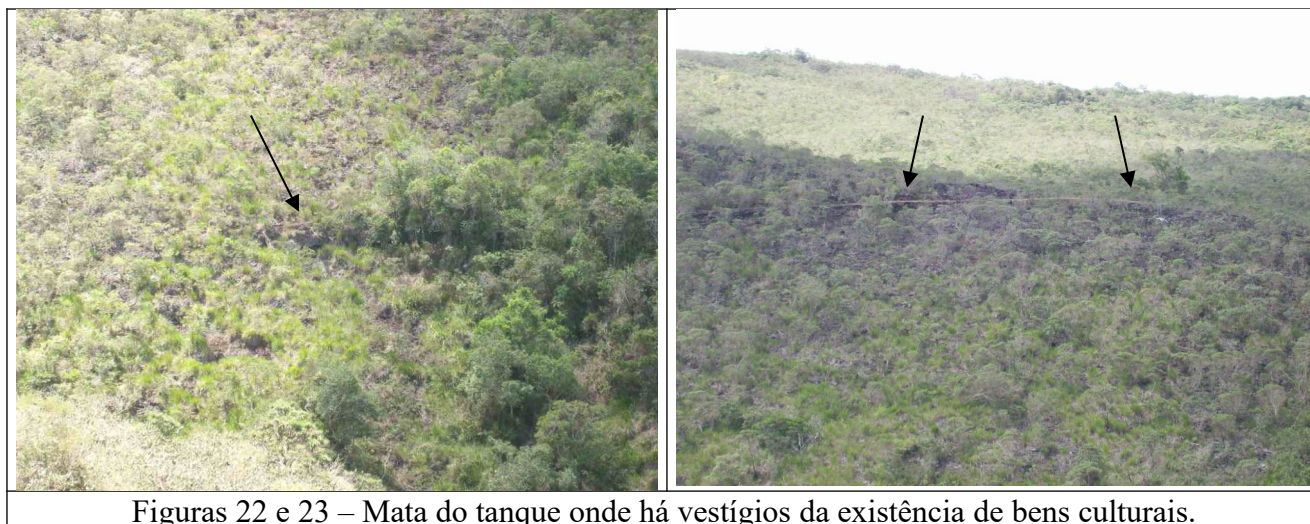
Os demais túneis, bem como o bicame, encontram-se em local de difícil acesso, com muito mato, dentro de um local popularmente conhecido como “Mata do tanque”.



Figuras 21 e 22 – Imagens do túnel (mina) visitável.

Figura 23 – Vandalismo.

Apesar do acesso a mata ser difícil, foi possível visualizar a partir do túnel onde foi possível a visita alguns elementos que sugerem a existência de outros bens culturais no interior da mata, havendo necessidade de trabalhos de campo mais detalhados.



Figuras 22 e 23 – Mata do tanque onde há vestígios da existência de bens culturais.

5 – CONCLUSÕES

A importância do Monumento ao Intendente Câmara e das Minas do Hogó ultrapassam os limites da cidade de Morro do Pilar.

Ali estão as ruínas que marcam o local onde, em 1813, fundiu em alto forno, pela primeira vez, ferro no Brasil e na América do Sul. O poder público reconheceu a importância dos bens e os mesmos são citados no Plano de Inventário como partes integrantes do acervo arquitetônico e urbanístico a serem inventariados. O inventário ainda não foi feito, mas segundo Geraldina Aparecida Dias, membro do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

há interesse do município em fazer o levantamento histórico da primeira fábrica de ferro no Brasil e em revitalizar o monumento.

O reconhecimento de um bem como parte integrante da cultura de um povo é elemento formador da noção de cidadania, da consciência coletiva e da idéia de pertencimento a uma comunidade. Devemos buscar a manutenção das tradições culturais para que elas sejam transmitidas para as próximas gerações. E, conseqüentemente passam a compartilhar de uma memória coletiva que se coloca frente ao tempo e estabelece uma ponte entre passado e presente.

Dada a importância da preservação dos locais e de forma a garantir sua preservação, deverá ser feita a proteção do bem, iniciando pelo inventário, uma vez que o local é portador de referência à memória da comunidade.

Monumento ao Intendente Câmara

O local deverá receber obras de conservação⁸ e manutenção⁹ e as ruínas devem ser consolidadas¹⁰.

Transcorridos vários anos da construção da fábrica, as alvenarias de pedra e terra apresentam degradadas, devido à ação de agentes de origem química, física e biológica, em ação isolada ou conjunta e, principalmente, avarias graves têm sido provocadas pelo homem, como as ações de vandalismo. Para recuperação das ruínas sugere-se:

- Inicialmente, é necessário detectar as causas de deterioração para eliminá-las ou minimizá-las na medida do possível. Deve-se identificar os materiais empregados, efetuar um rigoroso levantamento de todas as patologias que estão afetando a obra, realizar o reconhecimento da influência dos agentes atmosféricos e ambientais no processo de deterioração do material.
- Limpeza, com remoção de todas as substâncias que efetivamente causam o processo de deterioração da pedra ou contribuem para isso.
- Proteção, que pode ser feita através do uso de produtos químicos ou de uma barreira física, buscando minimizar as ações de vandalismo.

É importante lembrar que estes trabalhos devem ser realizados por profissionais com comprovada capacitação técnica, para que ocorra uma correta escolha das técnicas a serem utilizadas e que as intervenções sejam bem executadas.

Para que ocorra a permanência e a preservação de um bem, é necessário atribuir uso ao mesmo, compatível com suas características, e a população deve ser estimulada a usufruir o espaço. Senão, de nada adiantará a iniciativa de resgatar o monumento enquanto exemplar do passado e inseri-lo no presente para, através de sua funcionalidade, alcançar os tempos futuros. Por isto, são necessárias algumas intervenções

⁸ Intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com intuito de conter a sua deterioração. Instrução Normativa nº 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

⁹ Operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação. Instrução Normativa nº 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

¹⁰ consiste na impregnação de produtos que penetram no material, melhorando e aumentando a coesão do material alterado em seu substrato, resultando na melhor resistência aos processos de deterioração.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

no local, que deverão ser definidas em projeto e serem aprovadas pelo órgão de preservação competente. São elas:

- Recuperação da estrutura metálica da cobertura e troca das telhas existentes. Sugere-se a escolha de um material que seja resistente, isolante térmico e acústico, adequado ao clima e às características do local;
- Recuperação das vigas e pilares em concreto armado, com retirada dos musgos e bolor, recobrimento das ferragens expostas, fazendo reforços e substituições de material onde necessário;
- Limpeza do embasamento de pedras e do muro de arrimo;
- Recuperação dos revestimentos do piso, buscando nivelá-lo antes do assentamento dos materiais de acabamento;
- Recuperação do espelho d'água, execução de projeto hidráulico e instalação de equipamentos de filtragem e drenagem da água, buscando o pleno funcionamento do mesmo;
- Retirada do orelhão existente junto ao pilar central do monumento, podendo o mesmo ser relocado em outro local próximo ao monumento;
- Execução de novo projeto elétrico. Sugere-se a instalação de iluminação cênica tanto no monumento quanto nas ruínas, buscando valorizá-los. A escolha das luminárias deve prever uma harmonia com o espaço onde serão instaladas, estas devem ser discretas e as lâmpadas instaladas devem emitir os menores níveis de radiação infravermelha (calor) e ultravioleta para não haver degradação das ruínas;
- Instalação de equipamentos de promovam a segurança do local, como câmeras, para evitar ações de vandalismo;
- Instalação de equipamentos para prevenção e combate a incêndio e pânico, prevendo a instalação e guarda corpos e corrimãos no local;
- Apresentar condições adequadas para uma breve instrução à visitação, com o auxílio de placa ou painel que apresente uma descrição histórica dos fatos que levaram à construção do monumento e uma breve explicação das ruínas.

Minas do Hogó e conjunto

Deverá haver uma conscientização da importância das minas na história do município. Apenas conhecendo é que a população se reconhecerá naquele bem e terá interesse na sua conservação. Desta forma seriam reduzidas às ações de vandalismo, presentes no local. As pichações existentes deverão ser apagadas.

Conforme a Carta de Lausanne (1990):

“O patrimônio arqueológico compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.”





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Sendo assim, o patrimônio arqueológico constitui o testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Deverá ser feito um levantamento de todo o conjunto das minas, com mapeamento e georreferenciamento de todas as unidades. O acesso às mesmas deverá ser facilitado, com constante capina e limpeza da área. Deverá ser elaborado um roteiro turístico e estudada uma forma de controle de visitação ao local

Como dito anteriormente, há indícios da existência de outros bens de valor cultural no interior da Mata do Tanque. Sugerimos que seja realizada uma vistoria mais detalhada no local, incluindo especialistas da área da arqueologia, para verificar a existência de elementos de interesse cultural.

6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos. Segue este laudo, em 11 (onze) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2008.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D

Karol Ramos Medes Guimarães
Analista do Ministério Público – Historiadora – MAMP 3785